



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

## I I Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos de Analista Legislativo – Controle Interno

Nome do Candidato

Caderno de Prova '09', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-003

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Maquiavel foi historiador, filósofo e político italiano do Renascimento.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto seguinte.

**A favor do tédio**

*Alguns livros recentes tratam dos malefícios de nossa constante vontade de encontrar diversões. Como sugere o título de um deles (O vício da distração), de Alex Pange, a vontade de se distrair seria uma forma de dependência. Também já li artigos de revista sobre “os surpreendentes benefícios do tédio”.*

*Os livros não me pareceram imperdíveis. E os artigos nas revistas de grande circulação citam pesquisas por ouvir dizer. Mas tanto faz. O conjunto manifesta um novo clima segundo o qual a necessidade de sermos entretidos e estimulados continuamente não tornaria nossa vida mais rica e variada; ao contrário, é possível que essa disparidade empobreça nossa experiência.*

*Já foi dito por evolucionistas que a sorte de nossa espécie foi sua fraqueza: enquanto passávamos horas a fio escondidos e calados nos arbustos, esperando as feras passarem, a imobilidade e o tédio forçados produziram o surgimento da consciência, do pensamento e da fantasia. Que tal aplicar essa hipótese no campo da educação? O que é mais “educativo” para as crianças? A diversão? Ou a chance de se entediar?*

*Umberto Eco atribui ao filósofo Benedetto Croce uma frase que ele cita com frequência: “O primeiro dever dos jovens é o de se tornar velhos”. Esse slogan não tem como ser muito popular numa época em que o primeiro dever dos velhos é o de parecerem jovens. De fato, em nossa época os adultos não ajudam os jovens a envelhecer; eles preferem mantê-los na mesma criancice que eles desejam para si.*

*Certo, é preciso estimular as crianças para que elas se desenvolvam na interação com o mundo. Mas o problema é que, sem tédio maçante, ninguém, criança ou adulto, consegue inventar para si uma vida interior. E para que serve uma vida interior? Se forem pensamentos aos quais recorremos quando não temos nada para fazer, não é mais simples a gente se manter ocupado e não precisar da tal vida interior?*

*O problema é que há uma boa parte da vida exterior que, sem vida interior, é totalmente insossa. Se não acredita, tente se envolver com as artes, com as amizades ou com o sentimento amoroso levando apenas o ser que você tenha esvaziado. Mesmo entre outras espécies, há lições a observar. Os gatos, por exemplo, são ótimos administradores de seu tédio. Eles sabem se divertir muito bem, quando a ocasião se apresenta, mas também sabem não fazer nada com muita categoria. Nisso, eles batem os cachorros, que sempre parecem aliviados quando finalmente têm algo para fazer.*

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Aproveitar a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta, 2025, p. 159-162)

1. O título do texto – *A favor do tédio* – expressa a singular posição do autor, quando ele considera
  - (A) a vontade de se distrair como uma aspiração desejável e legítima dos jovens.
  - (B) a busca obstinada de entretenimento como um empobrecimento de nossas vivências.
  - (C) a diversão sistemática como uma pedagogia positiva a ser aplicada às crianças.
  - (D) o envelhecimento uma das inclinações naturais a ser interiorizada pelos adultos.
  - (E) o lazer programado como uma bem-sucedida experiência de amadurecimento.

---

2. Ao admitir que é preciso *estimular as crianças para que elas se desenvolvam na interação com o mundo* (5º parágrafo), o autor reconhece como um expediente para esse desenvolvimento
  - (A) o combate persistente às experiências tediosas e maçantes.
  - (B) a crítica rigorosa contra os excessos da interiorização.
  - (C) a ocupação permanente do pensamento em coisas objetivas.
  - (D) o aproveitamento do enfado como um fermento da vida interior.
  - (E) o favorecimento das experiências aventurosas e originais.

---

3. Referindo-se à nossa *vida exterior* e à nossa *vida interior* (6º parágrafo), o autor estabelece entre elas uma relação de
  - (A) independência, uma vez que cada uma tem um método próprio de autoafirmação.
  - (B) contiguidade, sendo difícil estabelecer um claro limite entre suas áreas de atuação.
  - (C) complementaridade, quando favorecido um enriquecimento recíproco entre ambas.
  - (D) causalidade, já que toda exteriorização é um efeito da interioridade.
  - (E) suplência, pois a falta de uma pode ser contornada pela afirmação da outra.



4. Se forem pensamentos aos quais recorremos quando não temos nada para fazer, não é mais simples a gente se manter ocupado e não precisar de tal vida interior?

O período acima manterá seu sentido básico e sua correção gramatical caso se substituam os dois elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) dos quais nos valemos – dispensar
- (B) pelos quais socorremos – desfavorecer
- (C) em cujos incorremos – relutar
- (D) a que nos pautamos – excluir
- (E) aonde investimos – impossibilitar

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *os surpreendentes benefícios do tédio* (1ª parágrafo) = os imprevistos ganhos da rotina.
- (B) *citam pesquisas por ouvir dizer* (2ª parágrafo) = glosam estudos de valor irrelevante.
- (C) *Que tal aplicar essa hipótese no campo da educação?* (3ª parágrafo) = É o caso dessa inserção escolástica?
- (D) *levando apenas o ser que você tenha esvaziado* (6ª parágrafo) = conduzindo assim seu vazio original.
- (E) *há lições a observar* (6ª parágrafo) = há casos instrutivos para se considerar.

6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Atribui-se a um filósofo frases que, parecendo incontestáveis, num contexto diferente acaba por ganhar uma aceção controversa.
- (B) Deriva das argumentações do autor a convicção de que ao tédio cabem operações capazes de resgatar nossas experiências profundas.
- (C) O autor acredita que se reservou ao gato, mas não ao cachorro, propriedades que lhe permite extrair algum prazer dos momentos maçantes.
- (D) Não devem existir entre o prazer da diversão e o momento do tédio uma polarização absoluta, a se crer nas considerações do autor.
- (E) Couberam a evolucionistas desenvolver a ideia de que advieram das fraquezas de antepassados acuados a força da nossa interiorização.

7. Numa nova redação da frase *há uma boa parte da vida exterior que, sem vida interior, é totalmente insossa*, agora iniciada por *é totalmente insossa*, uma complementação coerente e correta será:

- (A) a vida interior, na medida em que não parte da vida exterior.
- (B) a vida exterior, uma vez que seja parte da vida interior.
- (C) uma parte da vida exterior, à falta da vida interior.
- (D) uma parte da vida exterior, conquanto lhe falte a vida interior.
- (E) uma parte da vida interior, à medida que lhe falte a vida exterior.

8. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

- (A) O título *O vício da distração* de um livro de Alex Pange, é, ao mesmo tempo, sugestivo e provocador; porquanto contraria o senso comum; imperativo para tantos.
- (B) Para estimular a vida interior na qual se desfruta o prazer das artes, é imprescindível que em certa medida o tédio crie seu espaço – aberto, para as cogitações.
- (C) Tratando-se de um filósofo como Croce há que se estranhar esse seu apelo, para que os jovens logo se tornem velhos descuidando, pois, dos prazeres de sua idade.
- (D) O tédio é uma deficiência do espírito, acreditam alguns; outros, como Alex Pange, combatem a obrigação da distração, na qual identificam mais um vício do que um prazer.
- (E) É notório em nossa época, esse esforço que fazem os adultos, interessados que estão em estimular uma criancice generalizada – em vez de apressarem sua maturação.



**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto seguinte.

**[Luzia e a linguagem]**

O nome dela pode ser Luzia. Nasceu agora mesmo, no Brasil. Um peso, mas também uma alegria. Se tudo estiver bem com ela, com sua saúde e seu desenvolvimento, a menina vai realizar um pequeno milagre. A partir de dados desorganizados, fragmentados e muitas vezes contraditórios, Luzia vai aprender a falar.

Quando, na vida adulta, ou mesmo ainda na escola, ela for tentar aprender um novo idioma, vai entender que não foi à toa que usei a palavra “milagre” agora há pouco. Aquilo que para uma pessoa adulta, instruída, com acesso a todo tipo de recursos e métodos é uma tarefa complicadíssima, uma criança pequena resolve por conta própria, quase sem dar por isso.

A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie, e somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão de uma geração anterior. Caso seja estritamente necessário, chegamos até a desenvolver um idioma que atenda às necessidades do nosso grupo, como já aconteceu com crianças surdas que, reunidas, desenvolveram como que do zero uma linguagem de sinais todinha delas.

As exigências para este milagre da aquisição de linguagem são até menores do que as relativas a outros campos: nossa menina Luzia pode nascer em condições de violenta pobreza e privação, e, mesmo assim, seu desenvolvimento linguístico vai acontecer. Pode demorar um pouco mais, porém vai acontecer. E se tudo estiver razoavelmente bem, ela vai acabar ganhando o domínio completo do idioma dos seus pais, da sua comunidade, do seu país. Ou, na verdade, sua nova versão dessa língua. Sim, mesmo que Luzia não tenha acesso à educação formal. Nesse caso, é essa variedade do idioma que ela não vai ter no bolso. Mas apenas essa.

Como nasceu no Brasil, é quase certo que esse idioma venha a ser o português. Ele vai ter um papel central na existência de Luzia: será o instrumento que ela vai utilizar para aprender a tomar decisões, conquistar o amor de alguém, alertar um amigo, pedir carinho à mãe, dizer bobagens para um filho... Tudo vai se dar nesse idioma. Nessa coisa variada, colorida, esquisita e maravilhosa que chamamos de língua portuguesa.

(Adaptado de: GALINDO, Caetano W. **Latim em pó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 11-13)

9. O *milagre* a que se refere o autor no primeiro e no segundo parágrafos do texto consiste em admitir que
- (A) crianças aprendem a falar agregando elementos esparsos do idioma que ouvem.
  - (B) não é fácil para uma criança normal vir a ter domínio absoluto de sua língua.
  - (C) mesmo uma língua estrangeira é assimilada naturalmente por quem a analisa.
  - (D) os elementos contraditórios de uma língua são a chave mestra de sua aquisição.
  - (E) uma língua estrangeira não costuma ser assimilada por quem apenas a ouve.
- 
10. A **transmissibilidade** de uma língua entre seus falantes nativos e a sua **adaptabilidade** às necessidades que surgem estão referidas, respectivamente, nestes segmentos:
- (A) *a menina vai realizar um pequeno milagre* (1º parágrafo) e *é uma tarefa complicadíssima* (2º parágrafo).
  - (B) *tentar aprender um novo idioma* (2º parágrafo) e *acesso a todo tipo de recursos e métodos* (2º parágrafo).
  - (C) *A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie* (3º parágrafo) e *exigências para este milagre da aquisição de linguagem* (4º parágrafo).
  - (D) *variedade do idioma que ela não vai ter no bolso* (4º parágrafo) e *é quase certo que esse idioma venha a ser o português* (5º parágrafo).
  - (E) *somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão* (3º parágrafo) e *sua nova versão dessa língua* (4º parágrafo).
- 
11. A aquisição da linguagem falada e seu desenvolvimento linguístico, conforme se lê no 4º parágrafo,
- (A) ocorrem com absoluta independência das condições socioeconômicas de uma criança.
  - (B) são fenômenos diretamente ligados ao nível de escolarização dos iniciantes de um idioma.
  - (C) acontecem de modo natural e em ritmos distintos segundo variem as condições de vida.
  - (D) levam todos os falantes de um idioma a dispor de criatividade no uso de um outro idioma.
  - (E) alcançam a plenitude de seu desempenho se instruídos desde cedo pela educação formal.
- 
12. Há adequada correlação temporal entre as formas verbais da seguinte frase:
- (A) Quando Luzia fosse tentar aprender um novo idioma, ela terá entendido porque me vali da palavra milagre.
  - (B) Se for estritamente necessário, podíamos usar uma linguagem inteiramente voltada para as necessidade de nosso grupo.
  - (C) Mesmo que Luzia nascesse em condições precárias, acabará por atingir o domínio completo da linguagem de que precisara.
  - (D) No caso de a menina não passar pela educação formal, apenas esse nível linguagem terá representado um desafio para ela.
  - (E) Se ela não nascesse no Brasil não disporia dos variados e coloridos recursos com que conta a nossa língua.



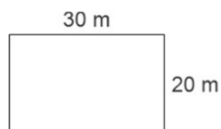
13. Aquilo que para uma pessoa com acesso ao uso de métodos eficazes é uma tarefa que lhe exige muito esforço, uma criança pequena resolve sem dar por isso.

A redação da frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) a quem não faltem – atinar com isso  
 (B) de que disponha – lhe notar  
 (C) provida em – contar para isso  
 (D) sendo acessível a – fazê-lo perceptível  
 (E) franqueada no emprego de – torná-lo incluso
- 
14. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Se Luzia acessar a educação formal, dominará esse nível de linguagem**, as formas verbais resultantes deverão ser
- (A) estiver acessada – terá dominado  
 (B) for acessada – será dominado  
 (C) chegar a acessar – a teria dominado  
 (D) ter tido acesso – terá sido dominada  
 (E) for acessar – tê-la-á dominado
- 
15. Justifica-se plenamente o emprego das formas verbais no plural em:
- (A) Não se admitam que a pessoas sensíveis como elas imponham-se o terror de tais filmes.  
 (B) Convêm a crianças nervosas exporem-se a um surto emocional que tanto as impressionem?  
 (C) Caberiam a eles compreender que são fáceis de abalar os inocentes num filme como esse.  
 (D) Não se tratem crianças como criaturas que detenham pleno controle de seus nervos.  
 (E) De cenas de terror costumam ficar nos meninos muito do realismo que nelas se imprimiram.

#### Matemática e Raciocínio Lógico

16. Em um bairro, os lotes foram projetados para serem retangulares com medidas 30 m por 20 m. Se dois lotes contíguos forem adquiridos por um mesmo comprador, ele terá um terreno retangular de 60 m por 20 m e precisará de 160 metros de cerca para delimitar sua propriedade, como na figura a seguir:

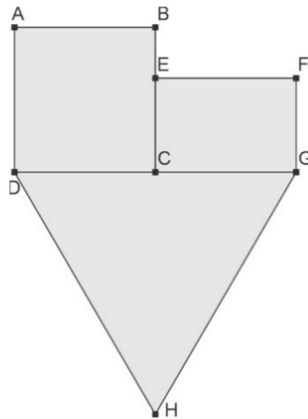


Paulo adquiriu 7 lotes contíguos. A metragem de cerca que Paulo precisa para cercar sua propriedade é

- (A) 430 m  
 (B) 440 m  
 (C) 460 m  
 (D) 250 m  
 (E) 230 m
- 
17. Cinco amigos, Ana, Bernardo, Carla, Diego e Ema, vão se posicionar em fila para uma foto. Se Ana e Carla vão se posicionar nos extremos e Ema exatamente no centro da foto, o número de fotos distintas, em relação à posição dos amigos, que poderão ser tiradas é
- (A) 4  
 (B) 8  
 (C) 2  
 (D) 6  
 (E) 16

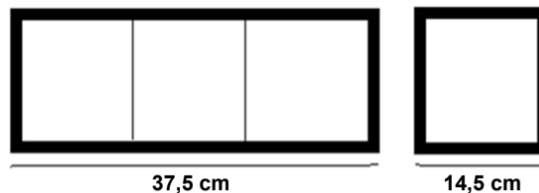


18. O terreno de seu Joaquim está representado na figura. O terreno é formado por três lotes, sendo um quadrado ABCD, em que todos os lados têm mesma medida, um retângulo EFGC e um triângulo equilátero, DGH, que também tem todos os lados de mesma medida. Seu Joaquim sabe que o lado do quadrado mede 30 metros, que a medida do lado do triângulo é o dobro da medida do lado do quadrado e que a medida de EC é o dobro da medida de BE.



A quantidade de cerca, em metros, que seu Joaquim deve comprar para delimitar seu terreno é

- (A) 220 m  
(B) 230 m  
(C) 200 m  
(D) 240 m  
(E) 180 m
19. Os pontos A, B, C e D estão, nessa ordem, em uma reta. Sabe-se que a distância entre A e B é  $\frac{1}{5}$  da distância entre B e D; e que a distância entre A e C é  $\frac{7}{11}$  da distância entre C e D. A razão entre as distâncias de A até B e B até C é
- (A)  $\frac{5}{3}$   
(B)  $\frac{3}{4}$   
(C)  $\frac{24}{7}$   
(D)  $\frac{22}{7}$   
(E)  $\frac{7}{22}$
20. Uma loja vende porta-retratos para uma, duas ou três fotografias de mesmo tamanho. As molduras para os três tamanhos de porta-retratos têm a mesma largura. O porta-retratos para três fotos tem largura 37,5 cm e o porta-retratos para uma foto tem largura de 14,5 cm, como na figura a seguir:



A largura do porta-retratos para duas fotos é

- (A) 24 cm  
(B) 25 cm  
(C) 27 cm  
(D) 28 cm  
(E) 26 cm

**Noções de Direito Constitucional**

21. Com relação aos direitos sociais, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não a ser votado nas organizações sindicais.
  - (B) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
  - (C) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
  - (D) é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
  - (E) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- 
22. Fernando, dono de uma propriedade rural onde vive com a sua família, possui uma dívida que está sendo cobrada pelos credores. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, a propriedade de Fernando
- (A) só não será objeto de penhora se for considerada pequena de acordo com a lei, se for trabalhada pela família e se o débito for decorrente de sua atividade produtiva.
  - (B) não será objeto de penhora apenas se for trabalhada pela família, independentemente de seu tamanho.
  - (C) não será objeto de penhora, pois todas as propriedades rurais, independentemente de seu tamanho, são impenhoráveis.
  - (D) será objeto de penhora, ainda que essa propriedade seja considerada pequena de acordo com a lei, seja trabalhada pela família e que o débito seja decorrente de sua atividade produtiva.
  - (E) só não será objeto de penhora se for considerada grande de acordo com a lei e se a renda da família provier da atividade rural nela realizada.
- 
23. Matt, filho de canadenses, nasceu no Brasil quando seus pais estavam a serviço da Venezuela e pretende, um dia, seguir carreira diplomática no Brasil; Ana Paula, filha de pai brasileiro e mãe chilena, nasceu na Espanha quando seu pai lá estava a serviço do Brasil e pretende, um dia, ser Ministra de Estado de Defesa no Brasil; Ralph, filho de ingleses, nasceu no Brasil quando seus pais aqui estavam passando as férias e pretende, um dia, ser Presidente da Câmara dos Deputados no Brasil. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) nenhum dos três é brasileiro nato, porém poderão seguir as carreiras pretendidas apenas Matt e Ralph, caso se naturalizem brasileiros.
  - (B) nenhum dos três é brasileiro nato, porém poderá seguir a carreira pretendida apenas Ralph, caso se naturalize brasileiro.
  - (C) Matt, Ana Paula e Ralph são brasileiros natos e os três poderão seguir as carreiras pretendidas.
  - (D) apenas Ana Paula e Ralph são brasileiros natos e podem seguir as carreiras pretendidas.
  - (E) apenas Matt e Ralph são brasileiros natos e podem seguir as carreiras pretendidas.
- 
24. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Marlene, 35 anos, estreou na política nas últimas eleições ao Governo do Estado como Vice-Governadora do Estado "X", tendo sucedido o Governador eleito, que ao cargo renunciou. Marlene pretende se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do mesmo Estado.
  - II. Leonardo, 34 anos, atual Prefeito de uma cidade situada no Estado "Y", pretende se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do mesmo Estado.
  - III. Keith, 30 anos, sobrinha do atual Presidente da República do Brasil, pretende entrar no mundo da política e se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do Estado onde reside.
- Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, nessas situações, Marlene poderá ser eleita Governadora do Estado "X" nas próximas eleições e, sendo eleita em 2026,
- (A) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.
  - (B) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith é inelegível para o cargo pretendido, dado seu parentesco com o Presidente da República do Brasil.
  - (C) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.
  - (D) não poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith é inelegível para o cargo pretendido, dado seu parentesco com o Presidente da República do Brasil.
  - (E) não poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.



25. Com relação aos partidos políticos, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.
  - (B) os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
  - (C) os partidos políticos devem aplicar obrigatoriamente 30% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
  - (D) dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.
  - (E) somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos cinco Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- 
26. A Constituição Federal de 1988 poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de
- (A) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (B) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (C) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, em dois turnos, por três quintos de seus membros; ou, ainda, do Ministério Público, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta somente na mesma sessão legislativa.
  - (D) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, por três quintos de seus membros; ou, ainda, do Ministério Público, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (E) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, em dois turnos, por três quintos de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa nem na sessão legislativa subsequente.
- 
27. Com relação às funções essenciais à justiça, considere:
- I. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
  - II. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
  - III. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 

### Noções de Direito Administrativo

28. A organização administrativa descentralizada da Administração Pública pressupõe que podem integrá-la
- (A) pessoas jurídicas de direito público com personalidade jurídica própria, como fundações, autarquias e empresas estatais prestadoras de serviço público, sem vínculo de hierarquia em relação à Administração Central.
  - (B) pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público, vinculadas hierarquicamente à Administração Central quando desempenham suas atividades sem finalidade lucrativa.
  - (C) pessoas jurídicas de direito público, com possibilidade de auferimento de receitas próprias, sujeitas a controle finalístico da Administração Central, à qual não se vinculam hierarquicamente.
  - (D) órgãos públicos como centros de competências e atribuições de interesse público, dotados de personalidade jurídica de direito público e, como tal, sujeitos à hierarquia da Administração Central.
  - (E) órgãos sem personalidade jurídica própria, mas autônomos, não sujeitos hierarquicamente à Administração Central.
-



29. A decisão emitida pelo diretor presidente de uma autarquia estadual que indeferiu a outorga de exploração de recursos hídricos por uma empresa privada
- (A) está obrigatoriamente sujeita a recurso dirigido ao Chefe do Executivo, por não se caracterizar, formal e materialmente, como ato administrativo, natureza restrita aos atos praticados pela Administração Direta.
  - (B) expressa o exercício de poder regulamentar delegado, desprovida da natureza de ato administrativo, este que qualifica apenas decisões proferidas pela Administração Indireta.
  - (C) tem natureza de ato administrativo discricionário, este que, como tal, sujeita-se a controle externo de mérito pelo Chefe do Executivo e de legalidade pelo Poder Judiciário.
  - (D) não pode ser objeto de revisão, tampouco de questionamento judicial, tendo em vista que o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário limita-se aos atos administrativos vinculados.
  - (E) tem natureza jurídica de ato administrativo emitido por entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, passível de recurso ao Chefe do Executivo se a lei que instituiu o ente trouxe previsão expressa nesse sentido.
- 
30. O poder de polícia pode ser exercido por agentes públicos das diversas esferas, caracterizando-se
- (A) como indelegável, quando se tratar de exercícios de atribuições próprias da Administração Pública federal.
  - (B) como delegado, quando praticado por agentes públicos municipais, pois decorre das competências centrais atribuídas constitucionalmente para a Administração Pública Federal.
  - (C) pela necessidade de previsão legal, ainda que alguns aspectos relacionados ao seu exercício sejam de natureza discricionária.
  - (D) pela natureza vinculada expressa nos atos concretos, não se admitindo discricionariedade em atos que contemplem restrições de direitos de administrados.
  - (E) como atípicos, quando praticados com base em atos normativos infralegais autônomos ou quando dotados de discricionariedade, esta que pode suscitar controle judicial que exceda os aspectos de legalidade.
- 
31. A celebração de contratos pela Administração Pública pressupõe, como regra, a realização de procedimento de licitação, cuja fase preparatória demanda a elaboração de documentos que demonstrem a adequação e a vantajosidade do objeto e modelo jurídico para alcançar a finalidade de interesse público. Nesse sentido,
- (A) a contratação direta, mediante dispensa de licitação, pressupõe a inviabilidade de competição no mercado, reduzindo a escolha da Administração Pública a uma possibilidade exclusiva.
  - (B) todos os entes que integram a Administração Pública ficam sujeitos à licitação, como princípio e regra geral, admitindo-se a contratação direta, quando por dispensa do certame, nas hipóteses expressamente previstas em lei.
  - (C) a contratação direta, fora das hipóteses previstas em lei, dá lugar à responsabilização objetiva do agente público, nos casos em que tiver havido prejuízo para a Administração Pública.
  - (D) as autarquias e as fundações públicas sujeitam-se à lei própria para disciplina de suas licitações e contratações, não se lhes aplicando o regime jurídico que rege a Administração Direta.
  - (E) a inexigibilidade de licitação se configura excepcionalmente, nas hipóteses expressamente previstas em lei e desde que configure vantajosidade econômica para a Administração Pública em relação ao procedimento de licitação cabível em tese.
- 
32. O servidor que desempenha função de assessoramento no âmbito do Gabinete da Secretaria de Saúde de um ente federativo
- (A) deve, necessariamente, ter se submetido a concurso público, pois desempenha atribuições de confiança e, como tal, típicas de cargo efetivo.
  - (B) pode ter sido contratado para ocupar emprego público permanente ou de confiança, caso tenha se submetido a procedimento simplificado de seleção.
  - (C) deve ter sido investido em cargo público efetivo, tendo em vista que apenas servidores públicos dessa categoria são admitidos na Administração Direta.
  - (D) pode ter sido nomeado para cargo em comissão de livre provimento e criado por lei, o que não exige aprovação em concurso público.
  - (E) pode ter sido nomeado para cargo de confiança, cujo regime é celetista e dispensa prévia submissão a concurso público.



33. A responsabilidade civil do Estado pode ser excluída quando, no caso concreto,
- (A) não for possível evidenciar o nexo de causalidade entre a ação ou omissão de agente público e os danos causados a terceiros, a exemplo da hipótese de culpa exclusiva da vítima.
  - (B) se tratar de responsabilidade objetiva e for possível afastar o dolo do agente público que tenha causado danos a terceiros.
  - (C) se estiver diante de ato omissivo de agente público, pois a responsabilidade do estado pressupõe culpa ou dolo, que só podem se materializar por meio de atos comissivos.
  - (D) tiver havido culpa exclusiva da vítima, pois essa situação exclui o dolo do agente público, elemento indispensável para a caracterização da responsabilidade civil do Estado.
  - (E) o agente público que causou os danos estivesse no regular exercício de suas funções e tenha se evidenciado o prejuízo exclusivamente em decorrência de culpa do mesmo.
- 
34. As empresas estatais distinguem-se, quanto a seu regime jurídico, das autarquias, pois
- (A) podem contratar servidores pelo regime celetista ou estatutário, conforme seu objeto social tenha por escopo a prestação de atividades econômicas ou de serviços públicos, respectivamente.
  - (B) as autarquias dependem da Administração Direta para seu custeio e administração, enquanto as empresas estatais não podem receber recursos financeiros ou bens materiais do ente federado ao qual se vinculam.
  - (C) seu regime de bens é de direito público e seu regime de pagamento de dívidas é o de precatórios, mas seu patrimônio pode ser penhorado para garantia de dívidas perante outros entes federados.
  - (D) a execução de suas atividades ou serviços se dá com finalidade lucrativa, o que não é compatível com a natureza jurídica de direito público a que se sujeitam as autarquias.
  - (E) constituem pessoas jurídicas e, portanto, têm personalidade jurídica própria, enquanto as autarquias são órgãos públicos sujeitos ao mesmo regime jurídico aplicável à Administração Pública Direta.

#### Legislação Institucional

35. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre outras hipóteses, compete privativamente à Assembleia Legislativa
- (A) suspender, se declarar procedente a acusação, nos crimes comuns e de responsabilidade, o exercício do mandato do Governador do Estado, e afastar os Secretários de Estado, não podendo, entretanto, destituir nenhum deles, ainda que tenham sido condenados definitivamente.
  - (B) aprovar convenções e ajustes de que o Estado seja parte e ratificar os que, por motivo de urgência e no interesse público, foram efetivados sem prévia aprovação.
  - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado exclusivamente em operações de créditos internos.
  - (D) dar posse ao Governador eleito; conhecer de sua renúncia; conceder ao Governador licença sempre que ele se ausentar do País, independentemente do tempo dessa ausência, não sendo necessária a licença para ausentar-se do Estado.
  - (E) fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, do Tribunal de Contas e os da administração indireta, não sendo, entretanto, competente para escolher os membros do Tribunal de Contas do Estado.
- 
36. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, essa Constituição
- (A) poderá ser emendada por proposta: do Governador do Estado; de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; ou de um terço das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
  - (B) poderá ser emendada por proposta, dentre outros, de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa, sendo que a matéria constante em proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de proposta na mesma sessão legislativa.
  - (C) poderá ser emendada, dentre outros, por proposta do Governador do Estado, sendo que a proposta de emenda será discutida e votada em único turno, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.
  - (D) não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou estado de defesa, podendo, porém, ser emendada em estado de sítio, por discricionariedade do Governador.
  - (E) não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, sendo que a emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa.



37. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, considere:
- I. A prática de um crime comum pelo Procurador-Geral do Estado.
  - II. Os mandados de injunção, quando a ausência de norma regulamentadora de competência da Mesa da Assembleia Legislativa tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
  - III. Os mandados de segurança contra ato da Mesa da Assembleia Legislativa.
- É da competência do Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) III, apenas.
- 
38. Com relação à eleição da Mesa Diretora, de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 65/08),
- (A) quando da eleição da Mesa Diretora, observar-se-á o seguinte: presença da maioria dos deputados; registro de chapas ou de candidato individual ou avulso, ou indicados pelas Bancadas; chamada, dos deputados, pelo 1º Secretário, para exercício do voto; recebimento, pelo 2º Secretário, da folha de votação utilizada pelo Deputado.
  - (B) a eleição dos membros da Mesa Diretora será feita por votação nominal e secreta, considerando-se eleita a chapa ou o candidato individual ou avulso que obtiver a maioria absoluta dos votos.
  - (C) o nome do Deputado não poderá figurar em mais de uma chapa apresentada, ainda que esteja concorrendo ao mesmo cargo eletivo, por expressa vedação do referido Regimento Interno.
  - (D) cumpridas as exigências previstas no referido Regimento Interno, o Presidente solicitará ao 2º Secretário que proceda à chamada nominal dos deputados, por Bancada, para votação, sendo os membros da Mesa Diretora chamados no início, observada a ordem hierárquica decrescente.
  - (E) sobre qualquer irregularidade verificada caberá recurso ao Presidente da Mesa Diretora dos trabalhos, devendo, esse recurso, ser interposto exclusivamente pelo líder do partido a que pertencer o candidato que se julgar prejudicado, não podendo ser proposto pelo próprio candidato.
- 
39. Astolfo exerce cargo em comissão que compreende o “conjunto de atribuições que, desempenhadas nas posições hierárquicas mais elevadas do Poder Legislativo, dizem respeito ao cumprimento de atividades de dirigir, controlar equipes, processos e projetos”. Matilda exerce cargo em comissão que compreende o “conjunto de atribuições que, desempenhadas na posição hierárquica mais elevada de unidade administrativa integrante da estrutura organizacional do Poder Legislativo, dizem respeito ao cumprimento de atividades de gerenciar, coordenar, controlar equipes, processos e projetos”. Cleonice exerce cargo em comissão que compreende o “conjunto de atribuições concernentes à aptidão para auxiliar, em razão de determinado conhecimento ou qualificação, na execução de atividades legislativas e administrativas”. De acordo com a Lei nº 6.278/2024 (Estatuto dos servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul), para fins dessa lei, Astolfo, Matilda e Cleonice exercem, respectivamente, os cargos de
- (A) chefia, assessoramento e direção.
  - (B) chefia, direção e assessoramento.
  - (C) direção, assessoramento e chefia.
  - (D) direção, chefia e assessoramento.
  - (E) assessoramento, chefia e direção.
- 
40. Para efeitos da Lei nº 6.279/2024 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul), considera-se:
- (A) Desenvolvimento: possibilidade de crescimento do servidor nas referências e classes de um cargo, estimulando seu desenvolvimento profissional e pessoal, de forma a contribuir para a melhoria contínua dos resultados e para a consecução dos objetivos estratégicos da administração pública.
  - (B) Descrição e especificação de cargos: registro das atribuições cometidas ao servidor as quais agregam valores à organização, e dos requisitos essenciais para o provimento dos cargos.
  - (C) Carreira: processo de crescimento profissional e pessoal do servidor, caracterizado pela aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes e o consequente aprimoramento de seu desempenho funcional.
  - (D) Cargo em comissão: cargo de confiança de provimento transitório e de livre nomeação e exoneração nos termos da Constituição Federal, podendo ele recair somente sobre servidor do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul, de quaisquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
  - (E) Promoção vertical: mudança do servidor de uma referência de vencimento para o imediatamente subsequente na mesma classe do cargo que ocupa.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Controle Interno**

41. De acordo com a Constituição Federal de 1988, constitui finalidade do sistema de controle interno:
- (A) apoiar o Poder Judiciário no exercício de sua missão institucional.
  - (B) fiscalizar as contas das empresas públicas de cujo capital social o Poder Público participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
  - (C) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Poder Público mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres a outros órgãos públicos.
  - (D) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
  - (E) apreciar as contas prestadas anualmente pelo responsável pelo Poder Legislativo, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- 
42. Os controles internos de gestão podem ser definidos como um conjunto de regras de controles internos, procedimentos e diretrizes, operacionalizados de forma integrada pela direção e corpo de servidores. Inclui-se dentre os objetivos gerais a serem alcançados:
- (A) a desoneração dos gestores quanto à obrigatoriedade de prestação de contas, delegando a responsabilidade pelos resultados aos órgãos de controle externo.
  - (B) a centralização do poder decisório na alta cúpula, visando mitigar a necessidade de fluxos informacionais entre os diferentes níveis hierárquicos e simplificar a estrutura de comando.
  - (C) a otimização dos processos operacionais para assegurar que os recursos públicos sejam geridos com ética, economicidade e pleno alinhamento aos princípios da eficiência e eficácia administrativa.
  - (D) o estabelecimento de uma rede de vigilância e controle, cujo propósito é a identificação de falhas individuais, para a aplicação imediata de sanções administrativas, em detrimento de ações preventivas.
  - (E) a flexibilização discricionária do cumprimento de normas legais e regulamentares, sempre que tal medida se mostrar necessária para acelerar o alcance de metas quantitativas da organização.
- 
43. *Accountability* é definido como:
- (A) Incerteza relacionada a estratégias, operações, setor, mercado, economia, gestão do negócio, ambiente legal e regulatório (seja mudança ou conformidade), que pode resultar em impactos na geração de valor ou na destruição do valor existente.
  - (B) Ação que auxilia na tomada de decisões informadas no planejamento estratégico e na proteção contra eventos adversos que possam afetar negativamente os objetivos e o sucesso de uma organização ou projeto.
  - (C) Processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.
  - (D) Conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram que evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas.
  - (E) Execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.
- 
44. Dentre os componentes do gerenciamento de riscos corporativos, considere:
- I. Ambiente Interno – compreende o tom de uma organização e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal, inclusive a filosofia de gerenciamento de riscos, o apetite a risco, a integridade e os valores éticos, além do ambiente em que estes estão.
  - II. Monitoramento – os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados.
  - III. Resposta a Risco – a administração escolhe as respostas aos riscos – evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando – desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite a risco.
  - IV. Identificação de Eventos – políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.
- Está correto o que se afirma em
- (A) IV, apenas.
  - (B) I e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I, II, III e IV.
  - (E) III, apenas.



45. Dentre as tipologias de riscos considerados pelos órgãos e entidades, é considerado efetivamente como risco reputacional ou de imagem:
- (A) eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades.
  - (B) eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.
  - (C) eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade.
  - (D) perigos relacionados à má concepção, organização e gestão do trabalho e ao contexto social, que afetam a saúde mental, física e social do trabalhador, causando estresse, *burnout*, ansiedade e depressão.
  - (E) eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão ou da entidade em cumprir sua missão institucional.
- 
46. O Gerenciamento de Riscos Corporativos (ERM) é um processo fundamental para que as organizações lidem com incertezas e otimizem a entrega de resultados. Considerando os conceitos estabelecidos por estruturas como o COSO-ERM,
- (A) o gerenciamento de riscos é um processo dinâmico e integrado à estratégia, que visa identificar eventos potenciais e administrar riscos dentro do apetite da organização, com o intuito de fornecer garantia razoável quanto ao cumprimento dos objetivos e à criação de valor.
  - (B) o gerenciamento de riscos corporativos substitui a necessidade de governança corporativa, pois, ao mitigar todos os riscos possíveis, torna as diretrizes do conselho de administração redundantes para a preservação do valor da entidade.
  - (C) a eficácia do gerenciamento de riscos depende da atuação privativa do Conselho de Administração, sendo os demais servidores e empregados meros executores de tarefas, sem responsabilidade direta sobre a identificação de novos riscos operacionais.
  - (D) o valor em uma organização pública ou privada é gerado no momento da execução das atividades cotidianas, sendo a fixação de estratégias de longo prazo um processo imune às incertezas e aos riscos de mercado.
  - (E) o processo de avaliação de riscos deve ser conduzido de forma isolada do ambiente externo, focando em vulnerabilidades de sistemas internos e processos de RH, uma vez que variáveis macroeconômicas não são gerenciáveis.
- 
47. O controle social é a expressão da democracia participativa, permitindo que a sociedade civil compartilhe o espaço público com o Estado na formulação, monitoramento e fiscalização das políticas públicas. Com base nos conceitos de cidadania e nos instrumentos de controle,
- (A) as Audiências Públicas são instrumentos informativos e unidirecionais, onde o Poder Público comunica decisões já tomadas, sendo vedada a participação da população para debater impactos de projetos de lei ou grandes empreendimentos.
  - (B) a *Accountability*, no contexto do controle social, refere-se ao dever ético-político do cidadão de votar, desobrigando o gestor público de prestar contas ou justificar suas ações além do cumprimento formal dos limites orçamentários.
  - (C) o sistema de controle interno dos órgãos públicos possui natureza de controle social, o que lhe confere prerrogativa legal para intervir diretamente na discricionariedade e na tomada de decisão administrativa do gestor público antes mesmo da execução do ato.
  - (D) a participação da sociedade na formulação de políticas públicas é restrita ao período eleitoral, momento em que o cidadão delega integralmente a função de controle social aos representantes eleitos para os Poderes Executivo e Legislativo.
  - (E) o controle social atua como um mecanismo de democratização da gestão pública, permitindo que a cidadania não apenas fiscalize a aplicação de recursos, mas também participe ativamente da formulação e do monitoramento das políticas nos espaços de participação, como os conselhos de direitos e as audiências públicas.
- 
48. Em relação ao *framework* estruturado COSO-ERM, considere:
- I. *Apetite a Riscos* é a quantidade de risco que a entidade está disposta a assumir na busca de seus objetivos estratégicos. Definir o *apetite a riscos* estabelece limites para a tomada de decisões prudentes e para a aceitação de riscos.
  - II. Riscos são eventos cujo impacto é negativo e exigem avaliação e resposta da administração.
  - III. *Oportunidade* é a possibilidade de que um evento ocorra e influencie favoravelmente na realização dos objetivos, apoiando, desse modo, a criação de valor.
  - IV. Risco inerente é aquele que permanece após a resposta da administração.
  - V. Risco residual é o risco que uma organização terá de enfrentar na falta de medidas que a administração possa adotar para alterar a probabilidade ou o impacto dos eventos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III, apenas.
  - (B) IV e V, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I, II, III, IV e V.
  - (E) II, III, IV e V, apenas.



49. De acordo com o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, o gerenciamento de riscos corporativos é composto por oito componentes integrados que derivam da maneira como a administração conduz a organização. Apresenta corretamente um desses componentes:
- (A) Arbitragem de Riscos Residuais: etapa final do processo onde uma terceira parte independente decide qual nível de perda a organização deve aceitar, sem a participação da diretoria executiva.
  - (B) Segregação Vertical de Funções: diretriz que estabelece a separação obrigatória entre os níveis operacionais e táticos, visando impedir que a informação sobre riscos circule livremente entre as unidades de negócio.
  - (C) Identificação de Eventos: processo que consiste em identificar incidentes potenciais provenientes de fontes internas ou externas que afetam a implementação da estratégia ou a realização dos objetivos, distinguindo riscos de oportunidades.
  - (D) Nível de Organização Hierárquica: componente que define a quantidade de camadas de comando necessárias para que o controle interno seja considerado eficaz, independentemente do ambiente de controle existente.
  - (E) Manualização de Procedimentos Críticos: conjunto de documentos estáticos que devem ser obrigatoriamente impressos e distribuídos a todos os colaboradores para garantir que o risco seja eliminado totalmente.
50. Sobre o controle interno, como integrante do gerenciamento de riscos corporativos:
- (A) consiste em proporcionar segurança absoluta para a estrutura de governança, alta administração de uma entidade e outros profissionais da entidade.
  - (B) trata-se de processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.
  - (C) não é adaptável à estrutura da entidade, pois é aplicado apenas à alta administração.
  - (D) é um processo que consiste em tarefas e atividades específicas para determinado fim.
  - (E) é conduzido para atingir objetivos em uma ou mais categorias – operacional, divulgação, conformidade e pessoal.

#### Administração Financeira e Orçamentária

51. Considere que o Poder Executivo pretenda implementar um programa de incentivo ao setor industrial, a fim de fomentar a instalação no Estado de indústrias de maquinário voltado às necessidades da produção agrícola. Nesse contexto, pretende promover a redução da base de cálculo de ICMS, mediante concessão de créditos presumidos, sem redução da alíquota praticada. De acordo com as disposições constitucionais sobre o tema e conforme o tratamento conferido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF),
- (A) a hipótese narrada, embora não seja formalmente renúncia de receita, pode a ela ser equiparada caso afete o cumprimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), hipótese em que será vedada a concessão do benefício, salvo alteração da LDO.
  - (B) poderá restar configurada renúncia de receita caso o aumento da arrecadação decorrente do fomento à atividade industrial não neutralize os efeitos econômicos do benefício concedido, sujeitando o agente público responsável pela concessão do benefício à responsabilização por ato de improbidade.
  - (C) a hipótese narrada não configura renúncia de receita, esta que somente resta caracterizada quando há remissão, anistia ou redução de alíquota de impostos de forma ampla e em caráter geral, ensejando perda efetiva de arrecadação em comparação com a receita projetada para o exercício.
  - (D) o benefício enseja renúncia de receita, que, caso não considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual e afete as metas de resultados previstas no Anexo de Metas Fiscais, somente poderá ser implementada mediante medidas de compensação previstas na LRF, para o exercício que entrar em vigor e os dois subsequentes.
  - (E) trata-se de hipótese clássica de renúncia de receitas, consistente em benefício tributário-fiscal de natureza não geral, cabendo a compensação com redução de despesas no montante correspondente, no ano da concessão e no exercício subsequente.
52. Suponha que a Secretaria Estadual de Educação tenha contratado a reforma de unidades escolares, com a expectativa de conclusão antes do início do ano letivo. Assim, no mês de novembro, efetuou o empenho das despesas correspondentes às parcelas executadas, com a intenção de efetuar os pagamentos correspondentes no mês de dezembro. Contudo, por questões burocráticas, não foi possível efetuar os pagamentos, mas apenas a liquidação das despesas empenhadas. Além disso, cumpre destacar que no mês de dezembro foi editado decreto encerrando a execução orçamentária do exercício e proibindo, portanto, a emissão de novos empenhos. Diante de tal cenário, tem-se que
- (A) as despesas liquidadas e não pagas deverão ser inscritas em restos a pagar, caracterizados como processados, constituindo despesa do exercício de efetivo pagamento.
  - (B) as despesas liquidadas e não pagas até o final do exercício deverão ser pagas no ano seguinte como Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), sendo suportadas por créditos adicionais especiais.
  - (C) as despesas liquidadas não poderão ser inscritas como restos a pagar, dada a proibição de novos empenhos, devendo estar previstas em dotações do orçamento do exercício subsequente.
  - (D) é obrigatório o cancelamento dos empenhos das despesas não pagas até o final do exercício, devendo-se proceder a novo empenho e liquidação no exercício subsequente, após a edição do decreto de programação orçamentária.
  - (E) trata-se de restos a pagar não processados, que podem ser pagos até o final do exercício à conta de receitas provenientes de superávit orçamentário, desde que haja saldo de caixa suficiente.



53. Suponha que o Estado pretenda realizar Operação de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), para fazer frente à insuficiência de caixa verificada no curso do exercício, mais especificamente no mês de março. Contudo, vislumbra possível dificuldade em razão de já ter extrapolado o limite da dívida consolidada estabelecido pelo Senado Federal. Diante de tal situação, cabe considerar que
- (A) a ARO constitui medida excepcional, que demanda autorização por lei complementar do ente e aprovação do Senado Federal, inclusive para abonar a eventual extrapolação do limite fixado para a dívida consolidada.
  - (B) somente será possível a contratação de ARO a partir do fechamento do relatório de gestão fiscal do primeiro quadrimestre e desde que a dívida consolidada não ultrapasse 20% da receita corrente líquida do ente.
  - (C) a ARO deve ser liquidada até o final do exercício em que foi contraída e, se cumprida tal obrigação, o valor correspondente não integrará a dívida consolidada do ente.
  - (D) a operação aventada somente é possível no bojo de Regime de Recuperação Fiscal e desde que o Estado esteja cumprindo a trajetória de recondução ao limite de endividamento estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
  - (E) a operação de antecipação cogitada não configura operação de crédito e, portanto, não se sujeita ao cumprimento das condições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dos limites fixados pelo Senado Federal.
- 
54. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o contingenciamento de despesas, consistente em limitação de empenho e movimentação financeira quando verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais,
- (A) é obrigatório para o Poder Executivo, incluindo Administração Direta, autarquias, fundações públicas e empresas dependentes, e facultativo para os demais Poderes e Ministério Público exceto se tenham extrapolado o correspondente limite de despesas com pessoal.
  - (B) constitui medida obrigatória a ser adotada em todos os Poderes e Ministério Público, por ato próprio e nos montantes necessários, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (C) caracteriza-se como medida de prudência fiscal, facultada ao Poder Executivo, que poderá adotá-la de acordo com as previsões constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cabendo aos demais Poderes e ao Ministério Público avaliar a conveniência de aderir à medida.
  - (D) não atinge as despesas obrigatórias, como as vinculadas às ações de saúde e gastos mínimos com educação, bem como as programações orçamentárias oriundas das emendas impositivas, individuais e de bancada.
  - (E) é obrigatório apenas se a situação for constatada no último quadrimestre do exercício, sendo efetivado por decreto do Chefe do Executivo, com efeito vinculante para os demais Poderes e Ministério Público.
- 
55. A denominada Reserva de Contingência, na forma e com a funcionalidade previstas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fixada em montante correspondente a percentual da receita corrente líquida,
- (A) somente pode ser utilizada em caso de calamidade pública ou grave restrição fiscal, para fazer frente a despesas extraordinárias, dispensando-se, em tais situações excepcionais, a abertura de créditos adicionais.
  - (B) destina-se à cobertura das despesas de pessoal e custeio em geral não suportados pela arrecadação corrente, podendo ser acionada quando verificada frustração das projeções consideradas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).
  - (C) é formada a partir da alienação de ativos no curso do exercício orçamentário, devendo ser destinada à cobertura de déficit e outras despesas associadas ao regime de previdência dos servidores públicos do ente.
  - (D) integra o Plano Plurianual (PPA), sendo destinada aos investimentos que extrapolam um único exercício financeiro e para fazer frente às despesas obrigatórias de caráter continuado geradas na vigência do PPA.
  - (E) destina-se à cobertura de passivos contingentes e outros riscos fiscais previstos em anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo utilizada como fonte para abertura de créditos adicionais.
- 
56. As receitas públicas podem ser classificadas segundo diferentes critérios. A partir das respectivas categorizações, identificam-se as características de cada tipo de despesa, bem assim critérios de aplicação e eventuais vedações. Nesse contexto, tem-se que as receitas
- (A) de capital, incluindo alienação de bens e operações de crédito, somente podem ser utilizadas no financiamento de investimentos e na cobertura de despesas de caráter continuado a estes associadas.
  - (B) extraorçamentárias são provenientes da alienação de ativos do ente, mobiliários ou imobiliários, no montante excedente às previsões de arrecadação consideradas no Projeto de Lei Orçamentária Anual.
  - (C) derivadas são aquelas que decorrem da exploração do patrimônio do ente, tais como alugueis, outorgas onerosas e dividendos, e não podem ser aplicadas em despesas de pessoal e custeio em geral.
  - (D) originárias são aquelas provenientes da exação e do patrimônio privado, obtidas a partir da arrecadação de impostos e outros tributos, constituindo fonte ordinária para geração de despesas públicas, correntes ou de capital.
  - (E) provenientes da alienação de imóveis são receitas de capital, porém podem ser aplicadas em despesas correntes relativas ao regime de previdência dos servidores, se assim autorizado em lei.



57. Considere que, em determinado contrato de concessão, tenha sido aplicada multa à concessionária, com observância do regular processo administrativo no qual lhe fora assegurada ampla defesa. Ainda assim, a concessionária recusou-se a pagar o débito administrativamente. Nesse cenário, a Administração intenta proceder à inscrição do débito em Dívida Ativa, com a subsequente emissão de Certidão de Dívida Ativa (CDA) e ajuizamento de processo de execução fiscal. Considerando a disciplina aplicável à constituição e cobrança da Dívida Ativa, a intenção da Administração afigura-se juridicamente
- (A) legítima, considerando que o crédito origina-se da aplicação de multa contratual, o que confere à CDA a presunção de liquidez e exigibilidade, o mesmo não ocorrendo quando a CDA seja originada por outros créditos não tributários, como indenizações.
  - (B) inviável, dado que apenas o lançamento, na forma prevista no Código Tributário Nacional, constitui créditos passíveis de inscrição em Dívida Ativa, cobráveis em processo de execução fiscal.
  - (C) legítima, dado que créditos não tributários podem ser inscritos em Dívida Ativa, desde que se trate de crédito certo, líquido e exigível, valendo a CDA como título executivo extrajudicial.
  - (D) legítima no que concerne à inscrição em Dívida Ativa, o que não autoriza, contudo, a emissão de CDA e ajuizamento de execução fiscal, procedimentos esses aplicáveis apenas a créditos tributários.
  - (E) inviável, sendo necessário o ajuizamento de ação ordinária de cobrança para constituição de título executivo judicial e subsequente emissão da CDA e cobrança judicial com as prerrogativas de execução fiscal.
- 
58. No que concerne à disciplina estabelecida pela Lei nº 4.320/1964 relativamente à abertura de créditos adicionais e disposições constitucionais pertinentes, tem-se que
- (A) os créditos extraordinários, ao contrário dos especiais e suplementares, prescindem de autorização legislativa e de indicação de fonte para sua abertura, podendo ser abertos por decreto do Chefe do Executivo.
  - (B) não é possível ao Poder Executivo socorrer-se simultaneamente de mais de uma alternativa, eis que, caso opte pela abertura de créditos extraordinários, estará impedido de, nos 90 dias subsequentes, proceder à abertura de créditos especiais ou suplementares.
  - (C) os créditos especiais são destinados a despesas com dotação orçamentária insuficiente, enquanto os extraordinários devem ser abertos em caso de inexistência de dotação orçamentária.
  - (D) afigura-se descabida a abertura de créditos extraordinários para cobertura de despesas relativas a obras e reparos de infraestruturas, estas que devem ser custeadas com créditos especiais.
  - (E) a abertura de créditos extraordinários, embora possa ocorrer por ato exclusivo do Chefe do Executivo, demanda a comprovação de fonte, que pode consistir na anulação de outras dotações.
- 
59. A sistemática de suprimento de fundos, prevista na Lei nº 4.320/1964, aplicável no regime de adiantamentos a agentes públicos, apresenta como característica
- (A) a ausência da liquidação da despesa, cuja execução esgota-se com o ato de empenho, realizado no momento em que o agente público utiliza os recursos reservados na forma de adiantamento.
  - (B) a desnecessidade de empenho prévio ou a posteriori, constituindo regime especial de execução de despesa pública em que se exige apenas a liquidação e comprovação do regular pagamento.
  - (C) a liberação dos recursos para aplicação em despesas de pequeno valor ou sigilosas, com a realização do empenho apenas após a aprovação da correspondente prestação de contas pelo agente público.
  - (D) o prévio empenho da despesa, seguida da utilização dos recursos pelo agente público e subsequente prestação de contas, com devolução dos recursos não utilizados ou cuja utilização não tenha sido comprovada.
  - (E) a não obrigatoriedade de prestação de contas, sendo a despesa considerada empenhada e liquidada no momento da transferência do numerário ao servidor, passível de estorno em caso de não utilização parcial ou integral.
- 
60. As denominadas emendas impositivas, que resultam em programações orçamentárias de caráter obrigatório, quando destinadas, no orçamento da União, a Estados ou Municípios
- I. independem da comprovação da adimplência do ente federativo destinatário.
  - II. não integram a base de cálculo da receita corrente líquida do ente destinatário.
  - III. podem adotar a modalidade transferência especial, que prescinde de convênio ou instrumento congêneres.
  - IV. não serão computadas para efeito de aferição do cumprimento do percentual obrigatório de gastos com saúde.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e II.
  - (D) I e III.
  - (E) III e IV.

**Finanças Públicas**

61. O financiamento público dos bens públicos visa corrigir uma falha de mercado, já que, por serem não excludentes e não rivais, a oferta pode se tornar ineficiente. Essa falha de mercado é conhecida como efeito
- (A) substituição.
  - (B) surf.
  - (C) deslocamento.
  - (D) carona.
  - (E) transbordamento.
- 
62. Uma das ferramentas utilizadas pelo governo para influenciar os aspectos econômicos de um país é a política fiscal. Nesse sentido, algumas ações tomadas pelo governo podem indicar uma política fiscal expansionista ou contracionista. São exemplos, respectivamente, de política fiscal expansionista e política fiscal contracionista:
- (A) a compra e estatização de empresa privada de mineração e a extinção da cobrança de contribuição de melhoria.
  - (B) a redução do Imposto sobre Propriedade Veicular e o aumento dos salários dos servidores públicos.
  - (C) a diminuição de concessão de auxílio-bolsa escolar e a diminuição da alíquota do Imposto Seletivo.
  - (D) a manutenção da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras e a limitação de empenhos de investimentos em tecnologia.
  - (E) a valorização do salário-mínimo e a implementação de teto de gastos para investimento em empresas estatais.
- 
63. O Banco Central do Brasil (BC), a título de política monetária, faz uso de um instrumento cujo objetivo é controlar a oferta de moeda em circulação no país. Por meio dele, o BC determina que parte dos valores depositados nas carteiras dos bancos nacionais sejam depositados diretamente no BC. Esse instrumento de política monetária é corretamente denominado de
- (A) Depósito Compulsório.
  - (B) Redesconto.
  - (C) Vinculação Bancária.
  - (D) Taxa Monetária.
  - (E) Mínimo Regulatório.
- 
64. A Necessidade de Financiamento do Setor Público Não Financeiro (NFSP) pode se dar por várias óticas. Sob o prisma primário, a NFSP corresponde
- (A) à totalidade das receitas correntes menos as despesas correntes e de capital, incluindo os encargos financeiros nominais da dívida.
  - (B) à diferença entre receitas e despesas públicas, incluindo as despesas com juros reais da dívida pública, mas excluindo a correção monetária.
  - (C) à diferença entre gastos públicos e esforço tributário, independente de juros e correções de dívida passada.
  - (D) ao resultado fiscal que considera todas as receitas e despesas do governo, incluindo o pagamento integral do serviço da dívida pública.
  - (E) à variação da dívida líquida do setor público, descontadas apenas as correções monetárias e cambiais incorridas no período.
- 
65. Considerando os princípios de equidade tributária, configura exemplo de aplicação de imposto regressivo a situação em que:
- (A) na venda de um videogame usado, um vendedor não habitual está isento de pagar imposto sobre a transação comercial, enquanto uma loja de videogames precisa pagar imposto sobre a transação nas vendas que realizar.
  - (B) um trabalhador que recebe R\$ 5.000,00 mensais e outro que recebe R\$ 7.000,00 mensais pagam o mesmo valor de tributo na compra de 10 litros de combustível veicular.
  - (C) uma família com renda anual de R\$ 120.000,00 e outra com renda anual de R\$ 800.000,00 pagam o mesmo valor referente ao imposto sobre propriedade de bem imóvel de igual valor venal.
  - (D) um trabalhador com renda mensal de R\$ 5.000,00 está isento de imposto de renda, enquanto o que recebe R\$ 30.000,00 paga uma alíquota de 27,5%.
  - (E) ao comprar um veículo elétrico novo, uma família com renda anual de R\$ 100.000,00 está isenta de pagar Imposto sobre Propriedade Veicular, enquanto uma família com renda anual de R\$ 80.000,00 paga esse imposto sobre a propriedade de um carro à combustão velho.



66. Algumas teorias argumentam os impactos do federalismo fiscal no país. Um dos modelos teóricos de federalismo fiscal preleva que os indivíduos definem onde morar baseado na oferta de bens públicos daquela localidade. Esse modelo é conhecido como
- (A) Teorema da Correspondência de Olson.
  - (B) Teorema da Descentralização de Oates.
  - (C) Hipótese de Leviathan.
  - (D) Princípio da Equivalência Fiscal.
  - (E) Modelo de Tiebout.

**Atenção:** Utilize as informações a seguir para responder às questões 67 e 68.

Determinado Município encerrou o segundo quadrimestre de 2025 e publicou o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse quadrimestre, o município apresentou os seguintes dados:

- Receita Corrente Líquida (RCL) anualizada: ..... R\$ 180.000.000,00
- Despesa Total com Pessoal: ..... R\$ 104.400.000,00
- Despesa com Pessoal do Poder Executivo: ..... R\$ 93.600.000,00
- Despesa com Pessoal do Poder Legislativo (incluindo Tribunal de Contas): ..... R\$ 10.800.000,00

67. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal desse Município deverá ser
- (A) divulgado até 30 de julho de 2025, sendo o Poder Legislativo responsável pela confecção do seu Relatório de Gestão Fiscal.
  - (B) publicado até 30 de setembro de 2025 e conter demonstrativo da despesa com pessoal, dívida consolidada e garantias concedidas.
  - (C) elaborado semestralmente e encaminhado ao Tribunal de Contas até 60 dias após o encerramento do período de referência.
  - (D) publicado até 31 de agosto de 2025, dispensado de incluir demonstrativo de restos a pagar.
  - (E) apresentado anualmente ao final do exercício financeiro, consolidando os três quadrimestres anteriores em um único relatório.
68. Considerando os dados apresentados e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é correto afirmar que o Município
- (A) não excedeu o limite de alerta de despesa com pessoal, podendo contratar hora extra.
  - (B) ultrapassou o limite total de despesa com pessoal, que não pode exceder 54% da receita corrente líquida.
  - (C) encontra-se dentro do limite legal de despesa com pessoal do Poder Executivo, fixado em 54% da receita corrente líquida, e do limite do Poder Legislativo, fixado em 6% da mesma base.
  - (D) não excedeu o limite prudencial de despesa com pessoal, podendo conceder vantagens e criar cargos.
  - (E) deve reduzir a despesa com pessoal em pelo menos 20% no quadrimestre seguinte, conforme determinação do art. 23 da LRF.

69. Um Prefeito, em outubro de 2025, último ano de seu mandato, autorizou a contratação de serviços de iluminação pública no valor de R\$ 500.000,00. O contrato previa pagamento de R\$ 200.000,00 em dezembro de 2025 e R\$ 300.000,00 em fevereiro de 2026. Na data da contratação, o Município possuía disponibilidade de caixa de R\$ 500.000,00, livre de outras obrigações. Considerando os crimes contra a ordem tributária, é correto afirmar que o Prefeito
- (A) cometeu crime, pois deixou parcela a ser paga no exercício seguinte.
  - (B) cometeu crime, pois é proibida qualquer contratação nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato.
  - (C) não cometeu crime, pois havia disponibilidade de caixa suficiente para a parcela a ser paga no exercício seguinte.
  - (D) cometeu crime, pois deveria solicitar autorização prévia do Poder Legislativo para empenho desse valor no último ano de mandato.
  - (E) não cometeu crime, pois a vedação legal se aplica somente ao último quadrimestre do mandato.

70. Comete o crime de "aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura" o gestor que aumentar o gasto de pessoal nos últimos
- (A) 120 dias de mandato, independente de existir disponibilidade de caixa.
  - (B) 365 dias de mandato, desde que não haja disponibilidade de caixa.
  - (C) 240 dias de mandato, independente de existir disponibilidade de caixa.
  - (D) 180 dias de mandato, independente de existir disponibilidade de caixa.
  - (E) 60 dias de mandato, desde que não haja disponibilidade de caixa.



### Contabilidade Aplicada ao Setor Público

**Atenção:** Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 71 e 72.

O Balanço Patrimonial de uma entidade, que possui ciclo operacional anual, apresentou os seguintes saldos contábeis no final do exercício de 2025:

▪ Caixa: .....	R\$ 70.000,00
▪ Ações em tesouraria: .....	R\$ 140.000,00
▪ Fornecedores: .....	R\$ 170.000,00
▪ <b>Software</b> contábil: .....	R\$ 150.000,00
▪ Aplicações financeiras: .....	R\$ 80.000,00 (resgatáveis em 30 dias)
▪ Duplicatas a receber de clientes (vencimento em 20 meses): .....	R\$ 100.000,00
▪ Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: .....	R\$ 40.000,00
▪ Empréstimos de longo prazo: .....	R\$ 100.000,00
▪ Estoque: .....	R\$ 120.000,00
▪ Aluguéis dos próximos 8 meses pagos antecipadamente : .....	R\$ 38.000,00
▪ Terrenos destinados à valorização: .....	R\$ 150.000,00
▪ Máquinas e equipamentos de uso: .....	R\$ 300.000,00
▪ Juros a apropriar (12 meses): .....	R\$ 55.000,00
▪ Capital social: .....	R\$ 1.000.000,00
▪ Reserva de lucros: .....	R\$ 150.000,00

71. Com base nas normas contábeis vigentes e nos valores acima, o valor do ativo não circulante dessa entidade é
- (A) R\$ 700.000,00  
 (B) R\$ 510.000,00  
 (C) R\$ 800.000,00  
 (D) R\$ 600.000,00  
 (E) R\$ 660.000,00
- 
72. A conta aluguéis pagos antecipadamente, com base em uma análise vertical, representa
- (A) 2,95% do seu grupo patrimonial.  
 (B) 12,34% do seu grupo patrimonial.  
 (C) 5,76% do seu grupo patrimonial.  
 (D) 16,89% do seu grupo patrimonial.  
 (E) 38% do seu grupo patrimonial.
- 
73. Caso um gestor público, de forma dolosa, veicule um ato de publicidade no âmbito da administração pública, utilizando-se de recursos do erário, com o fim de se autopromover, apondo na publicidade seu nome e enaltecendo grandes feitos que realizou no comando de determinado ente público, haverá a prática de um ato de improbidade administrativa que
- (A) fere a dignidade penal.  
 (B) gera enriquecimento ilícito.  
 (C) gera prejuízo ao erário.  
 (D) decorre de aplicação indevida de benefício financeiro.  
 (E) atenta contra os princípios da Administração Pública.
- 
74. A Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) prevê a possibilidade de aplicação de penas na seara administrativa a pessoas jurídicas que forem consideradas responsáveis por atos lesivos à Administração Pública. Na dosagem das sanções administrativas, leva-se em consideração algumas métricas, como
- (A) o grau de lesão e a quantidade de funcionários da empresa.  
 (B) a gravidade da infração e a existência de condenação criminal do sócio majoritário.  
 (C) o valor dos contratos mantidos com o órgão lesado e a consumação ou não da infração.  
 (D) a quantidade de caixa gerado pela infração e a participação ou não de militares na infração.  
 (E) o setor econômico em que a pessoa jurídica atua e a vantagem auferida pelo infrator.
- 
75. Determinado órgão público pretende lançar um edital de licitação para compra de merenda escolar. Durante a instrução do processo administrativo, a equipe de licitação teve uma dúvida sobre a legalidade de uma cláusula editalícia. Por conta disso, consultou o controle interno sobre a regularidade dessa cláusula. O auditor de controle interno, por sua vez, em atividade de assessoramento, recomendou a remoção da cláusula do edital, por conter vício de reestrutividade.
- Nesse cenário fictício, o controle interno atuou como
- (A) segunda linha de defesa, composta, também, pelo órgão de assessoramento jurídico.  
 (B) primeira linha de defesa, composta, também, pelos agentes de licitação.  
 (C) primeira linha de defesa, composta, também, pelo órgão de assessoramento jurídico.  
 (D) terceira linha de defesa, composta, também, pelo tribunal de contas.  
 (E) segunda linha de defesa, composta, também, pelas autoridades de governança.



76. Durante a auditoria das demonstrações contábeis, certo auditor, ao realizar análise horizontal do balanço patrimonial, identificou aumento significativo na conta estoques, quebrando o padrão dos últimos anos, o que chamou a atenção do auditor. Ao questionar a administração sobre esse aumento, o gestor explicou que houve uma compra estratégica de material para aproveitar condições comerciais favoráveis. O auditor verificou as notas fiscais de compra, que estavam devidamente registradas e formalmente corretas.
- Nesse cenário, considerando os princípios de ceticismo profissional estabelecidos pelas normas de auditoria, é recomendado ao auditor
- (A) aceitar a documentação apresentada como genuína, anotando em papel de trabalho e encerrando o assunto.
  - (B) questionar e documentar se houve efetivamente a entrada física dos materiais.
  - (C) aceitar as notas fiscais como evidência suficiente.
  - (D) considerar a evidência apropriada, uma vez que a administração tem conhecimento detalhado das operações e não há indícios claros de fraude.
  - (E) confiar na integridade da administração, já que o auditor não deve desconsiderar a experiência passada de honestidade dos gestores.
- 
77. Quando o auditor confronta ou concilia as informações nas demonstrações contábeis com os registros contábeis que as suportam, está realizando
- (A) revisão analítica.
  - (B) recálculos.
  - (C) procedimentos analíticos.
  - (D) procedimentos substantivos.
  - (E) circularização.
- 
78. Uma obra pública de pavimentação de vias estava em andamento quando a fiscalização identificou a necessidade urgente de instalação de tubulação de drenagem pluvial, sob risco de comprometimento estrutural da obra. O gestor do contrato solicitou à empresa contratada a imediata execução dos serviços adicionais, considerando a urgência da situação.
- Nesse cenário fictício, a empresa contratada
- (A) pode iniciar imediatamente os serviços, devendo o gestor formalizar o termo aditivo no prazo máximo de 1 mês.
  - (B) deve aguardar a formalização do termo aditivo para iniciar os serviços.
  - (C) pode iniciar imediatamente os serviços, devendo o gestor formalizar o termo aditivo no prazo máximo de 60 dias.
  - (D) pode iniciar imediatamente os serviços, sem prazo específico para formalização do termo aditivo pelo gestor.
  - (E) deve aguardar a formalização do termo aditivo para iniciar os serviços, tendo o gestor prazo de 15 dias para emití-lo.
- 
79. Determinado órgão público foi demandado judicialmente em ação trabalhista movida por ex-servidor, sendo cobrado o pagamento de licença prêmio devida no valor total de R\$ 95.000,00. O órgão público apresentou defesa em primeira instância, mas foi vencido. Posteriormente, apresentou recurso à segunda instância, também sendo vencido. A despeito de ainda existirem outros recursos judiciais a serem impetrados, a assessoria jurídica do órgão enviou informação para o setor de contabilidade do órgão destacando que considera provável a derrota definitiva na ação.
- Nesse caso, o órgão público deverá
- (A) não realizar qualquer registro ou evidenciação enquanto houver possibilidade de interposição de recursos.
  - (B) evidenciar o passivo contingente em notas explicativas, sem registro contábil, pois ainda existem recursos a serem interpostos.
  - (C) reconhecer um ativo contingente no valor de R\$ 95.000,00, caso obtenha êxito nos recursos futuros.
  - (D) reconhecer uma provisão no valor de R\$ 95.000,00, pois é provável a saída de recursos.
  - (E) aguardar o trânsito em julgado da decisão para então reconhecer a provisão ou o passivo contingente.
- 
80. Um auditor interno finalizou uma auditoria e, ao arquivar os papéis de trabalho, decidiu organizá-los em meio eletrônico, incluindo demonstrações financeiras fornecidas pela unidade auditada, análises próprias e evidências coletadas. Antes de anexar as demonstrações financeiras aos papéis de trabalho, o auditor verificou a integridade desses documentos. Posteriormente, elaborou um sumário executivo dos achados e arquivou apenas esse sumário, descartando os demais documentos por considerar que o sumário já continha as conclusões principais. Nesse cenário, o procedimento adotado pelo auditor está
- (A) incorreto, pois a verificação de integridade dos documentos deve ser realizada após a anexação aos papéis de trabalho, e não antes.
  - (B) correto, pois os papéis de trabalho podem ser organizados em meio eletrônico e a integridade dos documentos anexados foi verificada.
  - (C) correto, pois o sumário executivo é suficiente para evidenciar as conclusões alcançadas, dispensando-se o arquivamento de documentos com grau excessivo de detalhe.
  - (D) incorreto, pois os papéis de trabalho devem ser obrigatoriamente arquivados em meio físico quando contiverem demonstrações financeiras.
  - (E) incorreto, pois o arquivamento apenas do sumário executivo não atende à exigência de abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciar a compreensão dos procedimentos aplicados.